



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021

No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, sito à Avenida Nuno Álvares Pereira, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 4 da sessão ordinária do dia 28 de dezembro, do ano 2020.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, para limpeza e manutenção na referida União de Freguesias;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3. Aprovação das alterações ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais (publicado no Diário da República- 2ª Série-nº41, de 17 de fevereiro 2018);

4.4. Nota Justificativa de Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano 2021;

4.5. Aprovação do Mapa Fluxo de Caixa – Ano 2020;

4.6. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – primeira alteração modificativa ao Orçamento da Receita, primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Atividade e primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;

4.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.8. Eleição de um representante da Assembleia Municipal, na CIM do Alto Tâmega, em substituição do sr. José Miranda Alves, por ter falecido, no dia 22 de dezembro de 2019;

4.9. Ratificação de Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no âmbito das medias a tomar pelo estado de emergência, através do Decreto Lei nº 3-A/2021, de 14 de janeiro;

4.10. Estratégia Local de Habitação de Montalegre;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11. Projeto de Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro.

5 - Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e oito membros, à exceção dos deputados Fernando Rodrigues, Marco Sousa e João Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados António Ferreira, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins, José Luís Nogueira e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, David Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 4ª da sessão ordinária do dia 28 de dezembro, do ano 2020.

A ata da sessão ordinária do dia 28 de dezembro de 2020 foi posta à consideração, tendo o deputado Duarte Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia, hoje a presidir aos trabalhos. Senhor Presidente da Câmara, caros membros da Mesa, senhores vereadores, caros colegas Deputados municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quanto à ata da última reunião venho fazer um pedido de correção e um reparo.

Primeiro, no ponto 4.15 Aprovação das minutas de Contrato Programa a celebrar entre a EHATB e os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. É recorrente e conhecida a nossa posição, na qual defendemos que as verbas a que temos direito sejam transferidas diretamente para o orçamento municipal, sendo depois a autarquia a executar as obras. Por assim não ser a prática, votamos contra.

Ora não é o que vem vertido em ata, pelo contrário refere que defendemos o pagamento diretamente ao empreiteiro, e isso adultera a nossa posição. Esse procedimento já é o que está em prática e ao qual nos opomos.

Solicito a correção da ata.

Quanto ao reparo, falo do sucedido na votação da proposta da deputada do PS Sandra Pinto (página 22), onde se refere que a mesa da Assembleia não submeteu a proposta da deputada Sandra Pinto a votação, porquanto não compete à Assembleia Municipal deliberar sobre este assunto (com o que discordo, e gerou confusão, mas tudo certo, foi isso que se passou).

O problema, vem de seguida. Em sede de recurso para plenário (estranho por ser efetuado pela própria mesa) foi votada a deliberação da mesa em não aceitar a proposta da deputada. Ora as votações são nominais, e os votos contra devem ser vertidos em ata de forma nominal, isto é, deviam constar os nomes dos deputados que votaram contra.

No final levantou-se inclusive a dúvida de quem e quantos tinham votado contra, o que gerou discussão até no exterior. Esta ocultação branqueia a aferição da correta contagem, e impossibilita a todos aqueles que votaram contra perceberem se foram ou não efetivamente contabilizados. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves e Manuel Rebelo e com uma abstenção do deputado José Luís Nogueira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, João Soares, José João Moura, João Carlos Rodrigues, Alberto Fernandes, Ricardo Moura, Sandra Gonçalves, Hernâni Carvalho, Nuno Pereira, Rui Cruz e Ana Isabel Dias.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente. Procurarei ser sucinto, gostaria neste período antes da ordem do dia abordar três temas. Em primeiro lugar, no que respeita ao Programa de Recuperação e Resiliência, vulgo PRR, afirmar que do que vou analisando será uma bazuca financeira direcionada para o sector público que vai comer sensivelmente 70%, deixando o resto para a verdadeira economia, o que não augura nada de bom, mas preocupante também é o facto de mais uma vez o interior ser esquecido, e a questão da coesão territorial não sai das intenções. Neste particular referir também que podemos encontrar no plano a inclusão da EN103 em Vinhais, e o troço que atravessa o nosso concelho fica de fora. Mais uma oportunidade perdida de procurar retificar a EN103 e dar melhores acessos ao nosso Concelho.

Em segundo lugar gostaria de falar no programa de apoio à economia local para compensação de prejuízos causados pelo COVID 19. Nota-se uma clara indefinição da vossa parte, parece que não sabem como materializar o apoio. Sei que não é fácil definir uma política de apoio que agrade a todos e ajude a todos em igual medida, sendo que também nem todos os operadores económicos são atingidos da mesma forma. Portanto concordo que alguns se apoiem em apenas 50% dos valores da medida.

O PSD apresentou uma proposta que consideramos abrangente. Vocês chumbaram essa proposta, alegando que deixava de fora as oficinas mecânicas. Isso está em ata! Pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

bem, posteriormente aprovaram uma medida que pagando mais, deixa por seu lado de fora muita mais gente. Agora tentam emendar o erro e já incluem cabeleireiros e esteticistas. Ainda bem que se estão a aproximar da proposta do PSD e que chumbaram, mas ainda há pessoas esquecidas, como é o caso por exemplo das floristas e outros poderíamos aqui referir como o alojamento, etc.

Levanta-se igualmente uma dúvida. A vossa proposta ou regulamento não vem a esta Assembleia. Não a trazem porque existe cobertura legal para a por em prática com aprovação do executivo apenas, ou teremos ainda de esperar pela próxima Assembleia, o que significaria perder tempo nem ajudar quem tanto precisa.

Por último, falar na questão do encerramento da Fronteira.

Devemos referir que no primeiro confinamento de março/abril de 2020 o Prof. Carvalho de Moura defendeu precisamente que se reabrisse a fronteira mantendo-a controlada, com horários de passagem. Foi atacado na praça pública, porque aqui d'el Rei, queria que deixassem entrar toda a gente e vinham contaminar os Montalegrenses, quando se defendia precisamente apenas os trabalhadores transfronteiriços que precisavam de ir ganhar o pão e para tal tinham de fazer Kms por Verim.

Temos que reconhecer que naquele contexto não era fácil defender isso, foi mal interpretado, mas tinha razão.

Nesta 3ª vaga, era previsível que o mesmo voltaria a acontecer. Conseguiu-se a reabertura da fronteira, e bem, embora fora de tempo. Foi um reconhecimento tardio dessa necessidade, e assistimos a uma reação e não uma atuação pensada e planeada para evitar um mal. Ou seja, durante uma semana as pessoas passaram por um transtorno desnecessário e evitável. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado João Soares disse que na reunião da Assembleia Municipal de junho as palavras predominantes eram pandemia, Covid, confinamento e ele utilizou a expressão “na linha da frente”. Agora, escolheu a mesma expressão, mas com maior sentido de gratidão, que tal como todos os profissionais de saúde, a Câmara Municipal de Montalegre esteve na linha da frente desta pandemia, ao tomar as medidas certas, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

hora certa, as medidas mais adequadas de prevenção e alerta para que o mortífero vírus não se propagasse desordenadamente. Assim deve continuar para bem de todos os Barrosões.

A pandemia veio para ficar e veio com força. Mas, também força teve a autarquia para lutar contra a pandemia e não fazer da pandemia uma arma de arremesso.

Montalegre continua na linha da frente preocupados com as escolas e com os estudantes que em casa tinham de assistir às aulas. Na altura já tinham sido disponibilizados 114 computadores e a respetivas bandas largas a alunos referenciados pela escola. Hoje já entregaram mais 80. Este tipo de iniciativa faz toda a diferença.

Disse que esteve dedicado à ação educativa durante 47 anos e ver esta sensibilidade para com a comunidade escolar enche-o de orgulho. Ter que no executivo gente com sensibilidade e competência faz toda a diferença. Onde o Governo não chegou, a Câmara Municipal de Montalegre deu o passo em frente porque não quer que ninguém fique para trás para bem de todos os Barrosões.

Realçou também o apoio à proteção civil, aos bombeiros, às instituições de solidariedade social e aos profissionais de saúde para que todos pudessem ser vacinados e a vacinação resultasse em pleno, pese embora todas as dificuldades.

Falou também no fundo Covid e o apoio à restauração e cafetaria e à economia local, com boas campanhas de promoção para escoar os produtos locais como é o caso dos cabritos, dos vitelos e do fumeiro.

Sobre o caso das fronteiras disse que o fecho na primeira vaga foi diferente pois Portugal estava bem, mas a Galiza estava mal. Agora as ordens são outras. As limitações são mais e Montalegre conseguir manter as do concelho abertas foi fruto de um trabalho diplomático, de sensibilidade ao Governo e para isso foi preciso insistência, persistência, vontade política, querer e capacidade. Montalegre conseguiu e por isso estamos de parabéns.

Finalizou com palavras de reconhecimento e gratidão e de apoio para que se continue na linha da frente sem deixar ninguém para trás.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Fez votos para que todos saibamos sair deste momento na solidariedade e na grandeza de alma que caracteriza o povo barrosão.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro e digno público: Gostaria de falar mais uma vez sobre o desgoverno do PS. Já aqui nesta assembleia questionaram sobre o estatuto da oposição no PSD. Mas o que está em causa e à vista de toda a gente é precisamente o contrário - Onde está a capacidade governativa no PS?

Após a publicação do Plano de Recuperação e Resiliência pelo governo central para aceder às verbas comunitárias pós-crise da covid-19, uns autarcas transmontanos vieram manifestar-se desagradados por ausência de investimentos em prolongamentos de Itinerários Complementares, enquanto outros ficaram agradados por retificações da EN 103, entre Vinhais e Bragança. Sr. Presidente, a mesma estrada que o Sr. numa reunião de camara afirmou que tinha pouco movimento e, por conseguinte, não aprovaria nenhuma moção para o seu melhoramento. É o desnorde do PS. Denota-se assim que o confinamento em Montalegre já existe há muito tempo, e esta governação em primeiro lugar esquece-se que a EN103 é a única via de ligação do concelho ao resto do país e em segundo lugar desconhece ao fim de 32 anos que existe muito mais movimento entre Braga e Chaves do que entre Chaves e Bragança. Quando se elaboram planos para combater o despovoamento, quando se elaboram planos para o desenvolvimento do interior ou se pretende retirar do isolamento as regiões de fronteira, não faz sentido a exclusão Sr. Presidente.

Resumindo, Vinhais vai retificar a EN 103 até 2026 e Montalegre continua com o mesmo troço Salazarista entre os limites do concelho e a cidade de Braga, agora eleita como Destino Europeu do Ano. Falta de tato e visão, Sr. Presidente.

Mas isto é uma constante no PS, o seu estatuto de desgovernação. Ora aplica estados de emergência com liberdade de circulação em pleno pico de casos de infeções de covid-19 como por outro lado não encerra as escolas à rebelia de todas as indicações dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

peritos de infecologia. E neste momento ainda não tem um plano de desconfinamento, um "calendário transparente" que permita aos empresários e às famílias começar a fazer planos, bem como a reabertura de alguns setores, e verdade seja dita, nem sabe bem quem tomou as parcas doses de vacinas, com a criação de uma TASK FORCE sem qualquer planeamento prévio e sem respeitar o estipulado, que deveriam ser numa primeira fase vacinados quem está na linha da frente de combate a esta Pandemia, ou seja, os Profissionais de saúde envolvidos na prestação de cuidados a doentes; Profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos; Profissionais e residentes em Residências para Pessoas Idosas e instituições similares; Profissionais e utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. E nesta plateia vislumbro algumas pessoas que já deveriam ter sido vacinadas e porventura não o foram e pelo contrario outros que o foram e poderiam dispensar essas doses vacinais para quem delas realmente necessita por direito prioritário.

O mesmo governo socialista que no Plano de Recuperação e Resiliência para a CIM do Alto Tâmega apenas propõe a criação de um "cluster do lítio, do nióbio, do tântalo e das terras raras". Quando se quer enganar a população, principalmente do interior, usam-se palavras essas sim raras com o intuito de ludibriar o povo, principalmente o Barrosão, mas Sr. Presidente, podemos não ter uma estrada digna de um país europeu, mas temos cultura, inteligência e outras plataformas para nos manter informados.

A Fileira Integrada de Lítio e Fabrico de Baterias" como "um projeto estratégico transfronteiriço entre Portugal e Espanha" é nada mais nada menos que o respeitar dos contratos assinados com as empresas Lusorecursos e Savannah Resources para o desenvolvimento de projetos de mineração de lítio em Montalegre e Boticas. Mais uma mentira socialista dos titulares do ministério do ambiente em que apontavam para a possibilidade de ser criado um projeto industrial dedicado ao lítio nas instalações da recém-desativada refinaria de combustíveis da Galp, em Matosinhos. Ou seja, as fronteiras em Montalegre passaram de secundárias e daí a sua reabertura em cima do joelho, a primordiais, sobretudo para que seja possível aproveitar as ligações ferroviárias modernas que já existem em Espanha, na fase do transporte, nomeadamente o "TGV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que parte de Vigo". Isto, Sr. Presidente é claro, O PS quer o lítio em Montalegre!!! O "lítio é um desígnio nacional", como gosta de proclamar o Sr. Presidente e a "escolha é natural", dizem os socialistas...

E por fim, de forma a dignificar o povo transmontano, temos um deputado eleito pelo Partido Socialista do círculo de Vila Real, de seu nome Ascenso Simões, assíduo frequentador das corridas de desporto motorizado na Pista da Veiga que defende, entre outras coisas, a demolição do Padrão dos Descobrimentos, por causa da sua ligação ao Estado Novo como "monumento do regime ditatorial", e defendendo ainda o mesmo deputado socialista que "o salazarismo não morreu" e que "devia ter havido sangue" no 25 de Abril. Aonde chegou o PS...

Mas em parte o Sr. deputado tem alguma razão. Em Montalegre o Salazarismo ressuscitou, e assim se explica o que se passa no concelho de Montalegre, em que a gestão camarária ainda se pratica pelo beija mão ao Sr. presidente de câmara e os parques postos de trabalho criados entregues aos simpatizantes ou militantes do PS.

E assim vai o concelho. Para lado nenhum...

Sem estradas, com os montes destruídos e a ver o comboio a passar. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sr.^a Vereadora, Srs. Vereadores, caros deputados e caras deputadas.

Permitam-me, antes de mais, que clarifique e faça a defesa da honra de quem não está aqui.

O deputado José João Moura, de forma grave, para denegrir, desta vez, um deputado da nação, Ascenso Simões, omitiu aquilo que realmente o deputado à Assembleia da República disse, de que deveria ter sido derramado sangue no 25 de abril de 74, mas que, segundo Ascenso Simões, esta frase serviu como metáfora para dizer que se deveria ter feito um corte definitivo com o Estado Novo e a ditadura Salazarista e não o disse no sentido literal. Fica, portanto, o esclarecimento e mais uma vez a demonstração de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

esta oposição deturpa e manipula para atacar e denegrir pessoas e assim empobrecer o debate político.

Mas, trago aqui hoje três notas.

Em primeiro lugar e relativamente ao ato eleitoral para a presidência da República, referir que este decorreu com toda a normalidade no nosso concelho e no país e que, apesar do confinamento a democracia não foi suspensa e os portugueses confirmaram-no.

O vencedor obteve uma votação inequívoca.

No concelho, quer o vencedor quer a segunda candidata mais votada, tiveram uma percentagem acima da média nacional.

De salientar ainda que a única vitória em duas freguesias da candidata em segundo lugar aconteceu no concelho de Montalegre.

Tivemos, por isso, uma participação no processo democrático do país que mostrou quais são os valores essenciais a defender contra a desinformação, contra a mentira, contra a divisão, contra o discurso de ódio, contra os extremismos. Os valores essenciais têm que estar primeiro e acima de tudo. Não podem ser secundarizados ou esquecidos por sentimentos de revolta, ainda que justos.

Podemos até não gostar do Governo, ou, justamente, não concordar com ele. Mas dar vivas à ditadura e apelar contra os valores humanos e da civilização é um erro que pode sair caro e que temos de combater. Para quem não gosta do governo tem muitas escolhas democráticas. Não pode apoiar quem promove a mentira, o ódio, a revolta, a discriminação. Isso é contra todos e também contra quem faz essas escolhas.

Por isso esta eleição foi uma resposta a alguma desorientação de quem se esquece dos valores do estado de direito e se seduz pela demagogia e se deixa cair nas teorias da discórdia, do desastre, contra os laços de confiança social e humana que temos de manter e que só se conseguem com democracia, com tolerância e com respeito por todos.

E Marcelo Rebelo de Sousa, não comungando dos ideais de esquerda, e tendo eu algumas divergências na atuação no seu anterior mandato, no discurso de posse, disse o essencial e mostrou que está pronto a defender a democracia, os valores europeus, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

estado social, e a tomar a palavra contra aventuras extremistas, de xenofobia, de racismo e de divisão entre os portugueses.

À boa maneira de Soares, Marcelo mostrou que será o Presidente de Todos os Portugueses e não apenas dos “portugueses de bem”. E é isso que esperamos do Presidente da República.

Em segundo lugar quero deixar algumas notas locais: Na última Assembleia falou-se aqui do apoio de emergência à restauração.

Quero hoje felicitar a Câmara pelo apoio concedido a essa área e à cafetaria, em mais de 200 mil € e agora também estendido a outros setores da economia local.

Trata-se de um apoio à economia, que revela solidariedade e que ajuda muito em termos humanos, mas reforça a confiança para que se possa resistir com esperança por melhores dias.

E as intervenções da Câmara nesta área foram inúmeras e revelam a atenção prestada às pessoas, à economia e ao emprego.

Mas, a Feira do Fumeiro, reinventada, mostrou imaginação e empenho, mas o potencial de futuro existente neste setor. Um setor que vale muito mais do que os milhões que produz.

O fumeiro, diretamente, teve o seu negócio apoiado e chegou a todo o lado com o nome de Montalegre. Confirmou-se a importância cimentada deste setor com a valorização da marca e do território Montalegre.

Ficou a confirmação também do grande dinamismo deste evento e da necessidade da sua realização real. A feira é economia, é animação, é cultura, é festa. É afirmação da nossa terra e da nossa gente. É um grande investimento de promoção altamente justificado. Basta agora olhar para aquilo que nos faltou... A avalanche de pessoas, a confraternização, o negócio da restauração, da hotelaria e do comércio em geral.

Fez-se bem o que se podia fazer. Ficou à vista, por isso, mas também pelo que faltou, que temos um grande modelo e que vale a pena apostar, inovar e investir, porque estamos a investir no desenvolvimento e no futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E todo este novo processo criado como que um novo centro de competências e de recursos merece ser reforçado e pode abrir horizontes para outro tipo de atividades. E deve continuar o estímulo, o alento e o apoio a estas atividades e a novas ideias.

Para além do fumeiro, que pode e deve crescer ainda mais, temos novas empresas e excelentes ideias no alojamento, na pecuária, no agroalimentar, na produção hortícola e até produzimos, e sobretudo, vendemos vinho.

Em terceiro lugar, para terminar, e não menos importante, saudar o candidato autárquico do PSD. Não é oficial, mas tudo indica que assim será, apesar das divisões e demissões já públicas, e outras impreviões.

Sem qualquer orientação, completamente desnorteados, vamos, mais uma vez, ter à prova um candidato com a mesma estratégia seguida pelo tutor que voltou para destruir o partido, com as consequências que isso tem para o PSD, mas também para a democracia e a credibilidade das instituições.

O PSD seguiu uma estratégia que atenta contra a nobreza da política e da democracia. E pagou, e vai pagar ainda mais por esse comportamento de ódio político e pessoal que colocou na sua atividade para esconder a sua incompetência e as suas debilidades.

O povo dirá, mas não é difícil prever que o PSD:

Vai ter ainda menos votos que os poucos que teve nas últimas eleições;

Vai concorrer em menos freguesias por falta de candidatos;

E é muito provável que não ganhe uma única Junta de freguesia!

E aqui, na Assembleia Municipal, vão ser ainda menos!

Quem aposta na política de guerrilha, na suspeição permanente, no desgaste das instituições contra a credibilidade da política, empobrece a democracia e, geralmente, paga as consequências.

E as consequências estão aí: O PSD não congrega ninguém, não dá confiança a ninguém porque só dividiu, até entre si.

O PSD alimentou a sapiência dos ignorantes, generalizou tudo e apostou na indústria da indignação, sem princípios em vez da crítica séria, confundiu-se e perdeu tudo para os revoltados das redes sociais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O PSD está na decadência e a caminho da irrelevância. O que é mau para o sistema político e para a própria democracia, e sobretudo para os barrosões.

Venham as autárquicas que o povo vai falar. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente e Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal:

Quero aqui manifestar, nesta Assembleia, senhor Presidente, a minha satisfação pelo Concurso Público para a Construção da nova Avenida em Salto que vai servir o complexo desportivo. Sei que já foram abertas as propostas e espero que as obras se iniciem, brevemente!

Uma infraestruturas que vem servir toda a zona do Baixo Barroso e necessária para o desporto, lazer e outras atividades locais.

Dizem alguns que vem atrasado, mas as prioridades dos autarcas do município e da Freguesia foram outras e muito bem, como foram: a pavimentação de todas as estradas da freguesia e os arruamentos em todas as dezanove aldeias da freguesia, a rede de água e saneamento na vila, e muitas melhorias de abastecimento com novas redes e melhorias das captações e depósitos, Construção do Lar de Salto, o Quartel dos Bombeiros, a moderna Sede da Junta, a Zona Industrial, o Parque de Lazer do Torrão da Veiga (com praia fluvial e polidesportivo), a beneficiação do Edifício escolar, os Museus de Salto e Borralha e o apoio a famílias, com obras de beneficiação das suas habitações, sobretudo nas Minas da Borralha.

Agora, finalmente, chegou a vez do Pavilhão e do novo campo de futebol.

E não vale a pena ter inveja, somos todos do concelho e todos queremos o bem para os nossos. Já Caim matou o Abel, por causa da inveja e eram irmãos!

Até houve quem juntasse as freguesias da Chã e Viade para dizer que essa “freguesia imaginária” tinha mais área e eleitores do que Salto! ...Sombras!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A pavimentação da Estrada de Pereira, que bem necessita de um bom arranjo, há muito reclamado pelas populações de Pereira e Amiar, parece estar tudo bem encaminhado para ser feita, em breve. Pois o concurso público está para ser lançado.

Quero referir o sucesso da venda de fumeiro dos produtores da Freguesia de Salto, a maior parte dele, através do posto dos correios local; notei a satisfação de todos (esgotaram o produto) e que também é, muito importante, a satisfação dos consumidores!

Estou satisfeito, pela vacinação no Lar de Salto e às outras Instituições Sociais do concelho, já todos receberam a segunda dose.

Metade dos corpos dos bombeiros, já tem a primeira dose e agora, está o Centro de Saúde de Montalegre, desde terça feira, a convocar as pessoas com mais de 80 anos do concelho, para a receberem. Agradecer o esforço de todos, sobretudo dos comerciantes que tiveram que fechar as suas portas e de todos os habitantes, que tem respeitado as regras da Direção Geral de Saúde.

Também estive bem a Câmara Municipal ao compensar os cafés e restaurantes do concelho e agora outros estabelecimentos comerciais que foram obrigados a fechar. Sei que outros já estão a reclamar devido ao pouco negócio, nesta época de confinamento. Recebi um mail de uma florista que dizia. "Sem pessoas na rua, não se vende! ...Vivemos de casamentos, festas, de Natal, Páscoa, do dia da mãe, dia de todos os santos, dia dos namorados e o que tivemos? Nada! Peço-lhe para falar nisto na Assembleia. O pouco que vier é ajuda!"

Senhor Presidente, dentro do possível, ajude as pessoas, pois as obras podem esperar! Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes."

O deputado Ricardo Moura disse que só os cegos é que não veem o que a Câmara tem feito em todo o concelho. Escoou o fumeiro de todos os produtores com entrega em todo o território nacional. O que se fez com o fumeiro, pode-se fazer com a batata e com outros produtos. Com rigor na seleção, bom preço, com qualidade e de confiança.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Coopbarroso não se pode esquecer disto, dos agricultores, de se trabalharem as terras e de fazer reunião com os associados.

Disse que as vacinas já chegaram a Montalegre e todos queremos ter saúde e viver. Tanto faz ser de esquerda ou de direita. Os direitos são iguais para todos.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras

Antes de mais, devo dar os parabéns a todos os Produtores de Fumeiro pelo trabalho desenvolvido, pela força, pela coragem e acima de tudo pela qualidade com que pautaram a feira do fumeiro online. Uma plataforma criada pelo município que peca por tardia, pois o deputado Duarte Gonçalves, enquanto vereador, colocou em cima da mesa essa proposta, que sempre foi recusada pelo executivo socialista. Bem-haja a todos pelo esforço e merecido sucesso.

É bom saber que temos futurologistas nesta assembleia, o deputado João Carlos Rodrigues, sabe de antemão que o partido socialista vai ganhar as eleições? A ditadura instalada no concelho começa a temer o vereador José Moura Rodrigues? Se temem, é porque o vereador da oposição está a fazer um excelente trabalho.

Está em marcha o plano de Recuperação e Resiliência, que será posto em prática entre 2021-2026, o tal plano a que o primeiro-ministro chama bazuca. Estão a caminho de Portugal largos milhões de euros, espantem-se os montalegrenses que estamos incluídos no plano apenas e só para receber verbas para o tal designio nacional chamado lítio. O nosso concelho definha há mais de 3 décadas e a única solução que existe é a mineração? O município não tem projetos para captação de investidores? Não tem projetos para dinamizar as zonas industriais do concelho? Não tem projetos na formação e fixação dos nossos jovens? Não tem projetos para apoiar os nossos jovens casais? Onde está o projeto para a creche no baixo barroso que o presidente da câmara referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

estar a “tratar do assunto”? Onde está a requalificação dos acessos ao concelho, que são um dos maiores fatores para atrair os empresários?

O executivo está focado na construção de um complexo desportivo no valor de 5 milhões para quem? Quem vai usufruir do complexo e como é que o município vai fazer a manutenção de uma obra dessa envergadura se não existem munícipes a contribuir para a sua sustentabilidade?

Não admira que 45% da população do nosso concelho seja beneficiária de apoios de cariz social, temos um poder local focado apenas na subsidiodependência e a continuidade do despovoamento, quanto menos população e mais debilitada, maior o controlo sobre a mesma, essa é a estratégia há mais de 3 décadas.

Chamam a isto trabalhar para o bem comum? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Hernâni Carvalho disse que não é preciso gabar ou elogiar a atividade do executivo camarário, mas temos o dever de reconhecer o que fazem pela população, principalmente os mais necessitados. Se houve ano em que houve dedicação às pessoas, este foi um deles.

Sobre o complexo desportivo de Salto, disse que é legítimo que a obra se faça pois trata-se de um sonho de algumas gerações.

Relativamente ao plano de vacinação, informou que a deslocação à sede do concelho pode não ser possível para todos. Há pessoas com poucos recursos e com falta de mobilidade. Pede que haja o cuidado de não se deixar ninguém para trás.

Disse que a Câmara, já que começou a requalificar, deveria reclamar ao Governo as obras que o Centro de Saúde de Montalegre está a precisar e pedir mais valências, meios de diagnóstico e serviços mais completos para aquele espaço.

Congratulou-se com o timing dado para as ajudas à economia local pois foi o mais adequado. Foi na altura mais difícil, de desgaste, na altura em que a vacina e os números vão trazendo alguma esperança.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Espera que no futuro a marca Montalegre fique para a história e possa chegar a todo o mundo, com os exemplos do escoamento do fumeiro, dos vitelos, dos cabritos e de outros produtos locais. Isto gera dinâmica, gera riqueza e gera um território resiliente. Desejou as rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O deputado Nuno Pereira destacou a proposta apresentada pelo deputado Hernâni Carvalho de modo a que a Câmara colabore no transporte das pessoas mais debilitadas das várias zonas do concelho para se virem vacinar, sendo também uma forma de ajudar as empresas de transporte a superar as dificuldades provocadas pela pandemia.

Assumi que ouve discursos que o chocam pois, quando os confrontamos e relacionamos com outras propostas, não se percebe o valor do discurso negativista e catastrofista que se faz, nem a intenção de certas pessoas ao fazer propostas, as quais sabem que precisam de aprovação das pessoas que acabam de desqualificar. Se o concelho precisa de apoio, precisa de negociação, de diálogo, de confiança. Não é preciso mentir e desqualificar pessoas do Partido Socialista. Deu o exemplo da apreciação feita sobre o deputado Ascenso Simões. Ele não disse que queria destruir o monumento do Padrão dos Descobrimentos. O que ele disse foi que aquilo foi uma construção para louvar o Regime, um momento histórico. Os oportunismos para dizer mal do Partido Socialista têm que ser banidos. Precisamos de estar unidos pois precisamos uns dos outros. Se queremos que as nossas propostas sejam aprovadas não podemos dizer mal de quem as aprova. Algumas propostas não são aprovadas porque não são verdadeiras propostas, são campanha contra o Partido Socialista e para criar complicações. É de pura chicana política e este tipo de linguagem tem que acabar.

Falou sobre o lítio dizendo que ainda não viu em lado nenhum que a tão falada fileira do lítio esteja no concelho de Montalegre e sabe que o maior depósito partilhado entre Espanha e Portugal é na zona de Figueira de Castelo Rodrigo o que nos leva a concluir que a construção irá ser num local onde Espanha e Portugal têm ótimas reservas de lítio. Não adianta estar a fazer projeções de futuro, tal como não adianta fazer inteligência pós facto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Elogiou a plataforma para a venda do fumeiro, mas se calhar, no passado, não interessava a ninguém. Não interessava aos produtores e fundamentalmente ao Município porque perdia-se a essência da feira do fumeiro que é vista como uma festa, onde vêm muitas pessoas comprar fumeiro, mas também muita gente que vem visitar Montalegre e que come nos nossos restaurantes, cafés e pastelarias, dinamizando a economia local. Temos que saber colocar cada proposta no seu tempo, dependendo das situações, calculando os benefícios e os malefícios.

Assumi pela terceira vez em reuniões de Assembleias Municipais que a EN103 não é uma estrada prioritária para Montalegre. A ligação fundamental para Montalegre é a ligação à rede nacional de autoestradas, pois dá maior facilidade de acesso às vias de comunicação. Estar a insistir numa ideia caquética, repetitiva, sem inovação e sem imaginação, que o futuro de Montalegre está na ligação de Montalegre a Braga, é uma aberração. Toda a gente tem conhecimento que tecnicamente essa estrada é impossível de se fazer.

Congratulou-se com o trabalho feito pela autarquia relativamente à pandemia e nomeadamente à comunidade escolar, mas realçou que não são os computadores que resolvem os problemas. Neste preciso momento, há alunos a quem este confinamento prejudicará irremediavelmente porque são apanhados numa época de forte desenvolvimento intelectual e cerebral. O problema está nas famílias, se tem ou não capacidade de acompanhar, supervisionar todo o processo de ensino à distância. Sem isso as ferramentas disponibilizadas não cumprem a sua missão e função.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Sr.(s) Vereadores, os Sr.(s) Deputados e o público aqui presente.

Desde o início desta semana que está em fase de consulta pública o Plano de Recuperação e Resiliência, o PRR. É importante que todos nós participemos nesta consulta pública e possamos dar o nosso contributo, pois este Plano insere-se no âmbito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

da Estratégia de Portugal para os próximos 10 anos e também porque identifica as áreas onde será aplicado o envelope financeiro, a “Bazuca”, que a União Europeia vai disponibilizar a Portugal para impulsionar a recuperação económica e social do nosso país, tendo presentes os danos causados pela pandemia do COVID-19.

Este Plano de Recuperação e Resiliência prevê que Portugal venha a receber 2,7 mil milhões de euros em empréstimos e 13,9 mil milhões de euros em subvenções (a fundo perdido) repartidos por três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital.

Na Dimensão Resiliência mais de 8 mil milhões de euros, 61% do valor total, a serem aplicados no Serviço Nacional de Saúde, nas Florestas, no 3.º Setor, na economia social, com a construção de equipamentos sociais de nova geração, quer na rede nacional de cuidados integrados quer na rede nacional de cuidados paliativos.

Na Transição Climática, com 2,9 mil milhões de euros, 21% do valor total, com investimentos na mobilidade mais sustentável nos transportes públicos, maior eficiência energética nos edifícios, a descarbonização da indústria, o incentivo ao uso do hidrogénio verde e ainda o melhor aproveitamento das energias renováveis, tendo como objetivo final cumprir, até 2030, a meta de redução de emissão de gases de efeito estufa entre 45% a 55%, em relação a 2005.

E, por último, na Transição Digital, 2,5 mil milhões de euros, 18% do valor total de fundos, destinados à inclusão digital, quer seja pela via da formação das pessoas, da transformação digital da administração pública, como por exemplo, as Finanças, a Segurança Social e a Justiça, ou pela via das empresas para estas digitalizarem os seus negócios.

Certamente que devem estar todos a pensar que o “Clister do Lítio” será um dos investimentos previstos na Componente da Transição Climática deste Plano, já que tem sido apresentado pelos seus promotores e apoiantes como sendo um dos pilares fundamentais para se alcançar a neutralidade carbónica do planeta, com um forte contributo da mobilidade elétrica mais sustentável e amiga do ambiente, em comparação com a mobilidade feita a partir de combustíveis fósseis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pois bem, efetivamente o lítio aparece no Plano de Recuperação e Resiliência mas não na componente da Transição Climática, como seria espectável, no entanto, estranhamente, aparece na componente da Transição Digital, num pequeno parágrafo da página 11, numa referência à “Fileira Integrada de Lítio e Fabrico de Baterias, com um projeto estratégico transfronteiriço entre Portugal e Espanha”.

Estão confusos, eu também fiquei.

Em que será que as minas de lítio se enquadram no tipo de reformas e investimentos que o Governo Português se propõe desenvolver na componente da Transição Digital do PRR? A resposta é simples, em nada.

E efetivamente estamos a pensar todos bem, até os próprios autores do Programa pensaram da mesma maneira, é que o Projeto Transfronteiriço de Lítio não faz parte da lista dos 17 investimentos com dotação orçamental a implementar na Transição Digital, nem tão pouco da lista global dos restantes 60 investimentos contemplados no Plano de Recuperação e Resiliência, para serem executados até 2026. Este projeto não foi contemplado com um único cêntimo, não vai ser implementado ao abrigo deste Plano. Mal seria que o Governo, em vez de utilizar o dinheiro deste Plano na recuperação da economia, desviasse esses mesmos fundos para serem aplicados em projetos que provocam devastação ambiental e social, razão pela qual os projetos mineiros são fortemente contestados pela população do Barroso.

Se isto acontecesse, seria um escândalo, pois seria entendido como uma tentativa de compensar as duas empresas que têm contratos de concessão de exploração mineira, em Montalegre e Boticas, por estas terem ficado de fora do Programa Nacional de Investimento, os PIN 20-30, e também porque Portugal ficou de fora do Projeto Europeu de desenvolvimento para as baterias de Lítio, o IPCEI, e assim estarem impedidas de se candidatarem aos fundos comunitários. Ainda bem que prevaleceu algum bom senso. VIVA BARRASO. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Ana Isabel Dias reforçou as palavras proferidas pelos colegas deputados da bancada do Partido Socialista sobre o excelente trabalho desenvolvido pela autarquia no que diz respeito à pandemia que só não vê quem estiver de má fé.

Fez a defesa da honra do camarada, amigo, parceiro e colega de tantas lutas políticas Ascenso Simões. Assumi que o deputado pode não ter sido muito feliz na forma e nas alusões que fez na defesa do seu pensamento, mas, no que a isto diz respeito, por quem Deus manda avisar o mundo. O deputado do PSD Montalegre é rei da oratória falhada. As palavras proferidas pelo deputado Ascenso não podem ser literalmente analisadas e ele próprio admitiu isso. Já se esclareceu, já é um não assunto. Quando ele diz que devia ter havido mais sangue no 25 de abril, metaforicamente, claro, não é o único a pensar isso. Ela própria lamenta que não tenha havido uma séria rutura com o pensamento salazarista. Aproximam-se as comemorações dos 50 anos do 25 de abril e mesmo aqueles que não o viveram, sentem saudades desse tempo. Talvez por tradição familiar e por saudades de certas benesses.

Felizmente cá estamos para celebrar os valores de Abril e se necessário for fazer sangue para que a democracia, a liberdade possa ser exercida por todos.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com as intervenções feitas pelos deputados da bancada do Partido Socialista, pois, com o aproximar das eleições, chega-se ao patamar da excelência.

Confessou que gostava de dar as boas vindas ao assumido candidato à Câmara Municipal, mas não o faz porque a política tem regras, tem normas, tem códigos, tem ética, tem moral e valores que devia conhecer e praticar, única maneira de honrá-la. Vê-se que foi mal apadrinhado. Tem espírito de atirador a tudo o que mexe e principalmente à cabeça do Presidente. Denota-se-lhe a vontade de fazer sangue e nada mais. Ideias nem uma!

A política não pode ser a figura maniqueísta em que de um lado estão os bons e do outro estão os maus. A Câmara não faz tudo bem feito, ele próprio admitiu, numa entrevista à comunicação social acerca da condição de arguido e do ter que prestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

contas. É natural que se tenham cometido erros. Erros administrativos e falhas técnicas e que não são aquilo que os bufos fazem parecer. A política não pode ser isso. Disse que no primeiro confinamento a Câmara de Montalegre fez um esforço financeiro enorme e demonstrou a perspicácia de quem a dirige e a faz pioneira em todo o país. Só se agradecia aqui hoje uma demonstração solidária e não o apontar do dedo acusatório, de quem não tem ideias a aportar.

Relativamente à fronteira, disse que a Câmara Municipal de Montalegre atuou, não reagiu. No meio de trinta autarcas do País, só Montalegre e Melgaço é que viram o seu trabalho reconhecido. Ainda o último confinamento não estava decretado, já o Município de Montalegre tinha enviado um ofício para o Ministério da Administração Interna solicitando a resolução imediata. Isto é que é estar atento, fazer política e ajudar a nossa população.

Sobre o fundo COVID, disse que a Câmara já está na segunda fase de atuação. Primeiro acudiu-se aos restaurantes e cafés, os mais fustigados com a pandemia, e agora irá acudir-se a outros setores de atividade. A Câmara está também atenta às necessidades do Centro de Saúde e está a dignificar aquele espaço que estava miserável. Agora, das más condições que aquele espaço tinha, com ervas daninhas por todo o lado, com pedras soltas nos passeios e canteiros, ninguém fala, ninguém reclama, ninguém tira fotografias para colocar no facebook. A partir de 2022, será uma competência que passará para a Câmara Municipal e aí já vai haver críticas e reclamações dos costumeiros de sempre.

Informou que o parque desportivo de Salto vai avançar contra a vontade de visões tacanhas que não conseguem ver que todos os investimentos objetivam desenvolvimento, como é caso das estradas, das piscinas, dos apoios às associações. Na próxima reunião virá a atribuição de um subsídio ao Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes no valor de 50.000,00€ para melhoramentos dos espaços, com apoio financiado pelo IPDJ. Já há também um projeto para o campo de treinos do Clube Desportivo e Cultural de Montalegre. Não basta olhar apenas para a EN103. A luta pela a EN103 já está perdida. Só não vê quem não quer. O ex-Presidente Fernando Rodrigues conseguiu que o Ministério fizesse o recenseamento e cadastro do movimento daquela estrada e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

avaliação feita apontou para a inviabilização da intervenção. A alternativa e a grande ligação ao setor económico é feita, hoje, por Salto e Cabeceiras.

Acusou a oposição de ter feito chacota do PS, na última campanha eleitoral, por ter posto no seu programa eleitoral a questão da batata. Disse que o vereador/ candidato do PSD disse em reunião de Câmara que a ruralidade acabou. Isso é de quem não tem visão política, não conhece a realidade nem a terra que quer governar.

Disse que a campanha da batata começou por ter 50 produtores, agora só tem 20 o que muito lamenta. A Câmara está a trabalhar na propriedade rústica e no escoamento do produto. Há produtores que desistiram porque dizem não terem pessoas para trabalhar a terra e esta é também uma realidade que não poder ser escamoteada.

Relativamente ao fundo COVID, disse que se acudiu à restauração, mas os outros setores não foram descurados. Há muita gente que trabalha e perdeu rendimentos.

Sobre o rio Cávado, afirmou que, se tem algas e vegetação, é sinal que a água é boa e tem qualidade. Em Xinzo ninguém contesta o estado do leito do rio e percebeu que seja refúgio de espécies e habitats. Ervas no rio não é desrespeito por ninguém. É respeito pela Natureza.

O PRR é uma oportunidade, mas é ilusório pensar que Montalegre poderia vir lá especificamente discriminado.

Realçou que há pais que não sabem ser pais. Só sabem procriar. Os pais têm obrigações, mas a literacia é pouca e não são os computadores e a internet que vão resolver os problemas do ensino e substituir a escala presencial.

Informou que desde o início da pandemia vão dois carros diariamente a Bragança levar testes COVID para que lá sejam feitas as respetivas análises laboratoriais. Isso é dinheiro, isso é apoio também às políticas de combate à pandemia.

Falou sobre o matadouro e disse que há dez anos que está tecnicamente falido. Alguns só deles começaram a dar conta desde que dá resultados positivos. O problema do matadouro é tão sério que não se resolve com a opinião de ninguém, mas sim com estudos e relatórios feitos por gente que sabe aquilo que faz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para 2ª intervenção os deputados Duarte Gonçalves e Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, devo dizer-lhe que você achar normal que a N103 esteja fora do PRR não me admira, todos sabemos a sua posição. Vocês preferiram a ligação a Chaves. Vocês não defendem a ligação a Braga, mas têm de admitir que outras pessoas o façam e pensem diferente. Sei também que não é fácil convencer a União Europeia a fazer mais estradas neste país. Isso já foi prioridade que passou. Mas não me venham com desculpa do pouco tráfego. Quantos exemplos quer de estradas e autoestradas que foram rompidas por esse país sem o necessário número de tráfego que justifique o investimento.

Mas deixe-me que lhe diga que também não vejo no PRR a ligação à autoestrada, ou a ponte da Assureira que é um problema que tem para resolver e anda lá a gastar rios de dinheiro com os militares. Depois claro que andamos nas estradas salazaristas, do regime que tanto criticam!

Quanto ao referido pelo deputado João Carlos Rodrigues, devo dizer que é muita basófia em democracia decretar um resultado eleitoral atempadamente. Isso é típico de regimes ditatoriais, que gostam de controlar o resultado à partida. Referiu que o PSD vai pagar caro. Pois caro pagam os Barrosões, pelos 30 anos de subdesenvolvimento. Caro pagam os Barrosões, para terem um deputado que vem usar um cargo público, e gastar o nosso tempo, a defender o seu partido e atacar a oposição em vez de se preocupar com problemas das pessoas lá fora e dar soluções. A mim nunca me viu vir para aqui falar da recente demissão de um membro da comissão política do PS, nem das escolhas políticas internas do partido socialista.

Quanto ao que foi aqui dito por alguns deputados, não foi mais que a apologia do atraso crônico. O deputado Hernâni Carvalho, que se ausentou, falou na questão do atraso no pavilhão de Salto. Claro que gerações passaram e não tiveram ali esse equipamento para usufruírem. São 30 anos em que vocês fizeram projetos, fizeram fundações, destruíram fundações, e mais projetos e nunca fizeram o pavilhão. Ao que gastaram nisso dava para terem tido um pavilhão desportivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Ricardo Moura, falou no fim de contas de um atraso em relação à plataforma online de escoamento dos produtos locais, que eu propus em 2016. Já desde aí poderiam os produtores estarem a fazer mais negócio. Contrariamente ao que foi aqui referido, a plataforma não põe fim ao modelo de feira presencial. Afirmar isso é ridículo. Então o que vão fazer à plataforma quando tudo regressar à normalidade? Encerrá-la? Antes pelo contrário, a plataforma é um complemento. Até porque ela permite atingir outros clientes, e prolongar as vendas no tempo, visto que a feira presencial é só um fim de semana. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou seguinte documento à Mesa: “Mais uma vez o regimento desta assembleia foi desrespeitado ao aceitar a inscrição a deputada Ana Isabel Dias após todas as intervenções da primeira ronda do período Antes da Ordem do Dia.

Nem o presidente da Câmara, nem o deputado João Carlos Rodrigues têm a capacidade e a humildade de parabenizar aquele que acredito venha a ser o futuro presidente da Câmara. Recorrem apenas ao insulto. Um presidente usa uma linguagem imprópria para quem ocupa o cargo de maior relevo e importância do concelho, apesar de receber a visita de magistrados e inspetores por “pequenas irregularidades” e chama a oposição de “bufos” por cumprirem o dever de fiscalização e escrutínio da gestão municipal. Deviam ter vergonha!

Para congratular, bajular e vangloriar o presidente da Câmara estão cá os membros da bancada socialista, ou elogiam assim tão mal que também carece dos elogios da oposição? Relembro que estamos aqui para apontar as falhas, escrutinar, fiscalizar, assim como fazer propostas, apesar de nunca serem aprovadas e à posteriori o PS toma por sua autoria com as desculpas do “Timing”, ou aplica as a conta gotas sem surtirem o efeito desejado.

O executivo é pago para programar, planear e gerir e não para remediar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quanto ao complexo desportivo de Salto, o senhor presidente ainda não entendeu o que eu disse e volto a repetir, ninguém é contra a obra, somos contra a falta de discernimento. Está a começar a casa pelo telhado sem bons alicerces de sustentação. Vejam bem que é necessário um recenseamento do tráfego na EN103 onde circulam diariamente, profissionais de saúde, professores, camionistas, comerciais, mercadorias, habitantes que trabalham fora do concelho e muitos mais, mas gastar 5 milhões numa obra megalómana numa terra despovoada é sensato?

Diz que a EN 103 não serve Montalegre, talvez porque não circula nela e apenas usa as autoestradas com o carro de todos nós, com portagens pagas por todos nós, enquanto outros só têm possibilidades de circular na EN103 com os próprios meios. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado João Carlos Rodrigues fez uma intervenção em defesa da honra e entregou o seguinte documento à Mesa: "

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sr.^a Vereadora, Srs. Vereadores, caros deputados e caras deputadas.

Claro que tenho que fazer a defesa da honra. Porque eu não insulto nem insultei ninguém, insulto sim e exponho a vossa lamentável estratégia que, aliás, há 30 anos que já é assim. A estratégia da oposição não mudou, não se baseia numa oposição com estatuto que critica com sentido de responsabilidade e no superior interesse dos barrosões, não, como sempre visa denegrir as instituições para atingir, atacar a honra e a dignidade das pessoas em ataques pessoais.

E mais, até aqueles que nós tínhamos como mais equilibrados e moderados, e que hoje aqui manifestaram algum saudosismo pela ditadura Salazarista, em pele de cordeiro, incentivam a esse discurso de ódio e de ataque pessoal, com os seus "polegares" erguidos aos ressabiados e de egos inflamados, nas redes sociais.

Este PSD é guiado por um "tutor" que regressou para acabar com aquele que foi o maior partido social no concelho. Que nunca soube ser um político digno e pelos vistos nem um jornalista competente é. Ou mente no seu folhetim de forma deliberada, o que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

surpreende ninguém, ou por outro atropela todos os códigos deontológicos e de ética jornalística por uma sintomática necessidade de denegrir e atacar a honra, a honestidade e a dignidade seja de quem for.

Por isso, e pelo que virá, não será difícil prever o que vai acontecer ao PSD no próximo ato eleitoral. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se podia falar do perfil de cada deputado. Assumi que também ele comete excessos verbais, mas dizer que há trinta anos de atraso fabricado pelo PS, não é próprio de quem quer fazer política séria. Pensa que há uma incoerência entre o que se diz e o que vê feito à sua volta.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Sandra Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Consta mais uma vez (desde 2019) neste relatório a estrada de Salto para Pereira, e hoje venho aqui mais uma vez questionar o Senhor Presidente da Câmara, que respondeu ironicamente uma vez mais “será inaugurada antes das eleições”. Será? E na última assembleia disse que venho aqui proferir inverdades. Então qual é a verdade daquela estrada camarária cujas obras estão paradas há mais de 1 ano?”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Nunca soube responder às seguintes questões: quantas fases tem a obra? Quais os trabalhos a executar em cada fase? Qual o valor total da obra? Pois da mesma forma que não usa a EN 103 também não circula na estrada para Pereira, onde os habitantes das aldeias de Amiar e Pereira danificam diariamente os seus veículos.

Os habitantes daquelas aldeias têm o direito de saber o porquê de as obras estarem paradas e quando é que a obra estará concluída. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, para limpeza e manutenção na referida União de Freguesias;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Acácio Gonçalves.

4.3. Aprovação das alterações ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais (publicado no Diário da República- 2ª Série-nº41, de 17 de fevereiro 2018);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Acácio Gonçalves.

4.4. Nota Justificativa de Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Acácio Gonçalves.

4.5. Aprovação do Mapa Fluxo de Caixa – Ano 2020;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.6. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – primeira alteração modificativa ao Orçamento da Receita, primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Atividade e primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, quanto à alteração modificativa aos documentos previsionais para o Ano 2021, ela visa acomodar o saldo de gerência de 2020, estaremos a falar sensivelmente de 2 milhões e 600 mil euros, e sobre essas opções temos discordância.

Em primeiro lugar, porque no momento de dificuldade pelo qual passamos, gostaríamos de ver um reforço no apoio à economia afetada pelo COVID 19, e essa não é vossa opção de investimento. Em segundo lugar porque gostaríamos também de ver um apoio à cultura, que é uma área que tem também sofrido um mau bocado.

E em terceiro, porque não podemos passar um cheque em branco com esta alocação em sede de plano plurianual de investimentos de 1 milhão e meio de euros em rubricas gerais, sem discriminativo de projetos concretos de investimento. Como se faz em sede de plano e orçamento, as obras inscritas no PPI tem um projeto específico alocado, se é para um arruamento na freguesia x ou y designa-se inclusive o nome do arruamento abrangido. Não é o que aqui acontece, apenas se aloca de forma genérica na rubrica, o que permite depois a discricionariedade, a falta de regra e escrutínio. Repare-se que ainda num ponto anterior nos abstemos em relação a um gasto com a freguesia de Viade de Baixo, porque o pedido não é acompanhado de qualquer orçamento discriminativo, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

isso é recorrente. O controle torna-se assim impossível. Não é correto o alocar de verbas desta forma, pelo que votamos contra. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que é um guarda- chuva financeiro que faz muita falta pois ainda ontem foi a Covelães e a estrada está um caos devido ao mau tempo. Tem de haver prioridades e muitas vezes tem de haver revisões orçamentais.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Jorge Lestra e Sandra Gonçalves e com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8. Eleição de um representante da Assembleia Municipal, na CIM do Alto Tâmega, em substituição do Sr. José Miranda Alves, por ter falecido, no dia 22 de dezembro de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Bancada do PS apresentou uma lista com o nome do candidato Hernâni Luís Pinheiro Carvalho.

Por votação por escrutínio secreto, o Sr. Hernâni Luís Pinheiro Carvalho foi eleito representante da Assembleia Municipal na CIM do Alto Tâmega, em substituição do Sr. José Miranda Alves, com trinta e três votos a favor e catorze votos brancos.

4.9. Ratificação de Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no âmbito das medias a tomar pelo estado de emergência, através do Decreto Lei nº 3-A/2021, de 14 de janeiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10. Estratégia Local de Habitação de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11. Projeto de Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro.

Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Manuel da Silva Carvalho

O 1º Secretário

O 2º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

Maria Gorete Afonso Barroso